



163
10

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap Nº: 0295701-3

EMBARGANTE: Severino Ramos de Albuquerque

EMBARGADO: Estado de Pernambuco e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME. EMBARGOS IMPROVIDOS. 1. Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face de acórdão que negou provimento à apelação cível interposta pelo embargante, mantendo, via de consequência, a sentença de primeiro grau que julgara improcedente o pedido de retificação do seu ato de reforma, a fim de que os seus proventos fossem calculados com base em duas graduações hierárquicas superiores à ocupada por ele na ativa, ou seja, a de “Segundo-Sargento PM”, com o pagamento das diferenças impagas e de indenização por danos morais e materiais. 2. Conforme se depreende da leitura do acórdão embargado, e bem assim do respectivo voto condutor (que integra o acórdão), o *decisum* em tela é claro e suficiente por seus próprios termos, tendo decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria. 3. Como é cediço, fixada fundamentação suficiente à conclusão adotada no acórdão, desnecessário examinar, cada um de per si, dispositivos legais e argumentos que a parte entende aplicáveis à espécie. 4. Em verdade, “o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio” (STJ, AI 169.073/SP-AgRg, Rel. Min. José Delgado, DJU 17.8.98). 5. De todo modo, anote-se que é despicienda, na espécie, a discussão relativa à irredutibilidade de vencimentos, vez que restou inviável cogitar, mesmo em tese, do reconhecimento de eventual direito adquirido do embargante à percepção de proventos de inatividade calculados sobre o soldo de dois graus hierárquicos superiores ao ocupado por ele na ativa. 6. De maneira semelhante, não há razão para se adentrar na discussão acerca do pedido de indenização por danos morais e materiais em face do Estado, uma vez que, ao tempo em que não se reconhece a existência de qualquer ilegalidade no ato de aposentadoria do embargante, observa-se que não ocorreu, na hipótese em tela, o pressuposto à pretendida reparação – o dano jurídico. 7. Por igual, não há razão para a discussão relativa à possibilidade de concessão de medida liminar para satisfação do pedido, quando inexistente o substrato fático ensejador do direito que se pretende ter reconhecido. 8. Aclaratórios improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0295701-3, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em conhecer dos aclaratórios, porém negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 21 de março de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



164
x

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap Nº: 0295701-3
EMBARGANTE: Severino Ramos de Albuquerque
EMBARGADO: Estado de Pernambuco e Outros
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos por Severino Ramos de Albuquerque em face de acórdão que **negou provimento à apelação cível** por ele interposta, mantendo, via de consequência, a sentença de primeiro grau que julgara improcedente o pedido de retificação do seu ato de reforma, a fim de que os seus proventos fossem calculados com base em duas graduações hierárquicas superiores à ocupada por ele na ativa, ou seja, a de "Segundo-Sargento PM", com o pagamento das diferenças impagas e de indenização por danos morais e materiais.

Argui o embargante, em suas razões recursais, que o acórdão embargado seria omisso em relação: (i) à declaração incidental de inconstitucionalidade do § 2º do artigo 171 da Emenda Constitucional nº 16/99; (ii) ao princípio da legalidade estabelecido no art. 37, *caput*, da Constituição Federal; (iii) ao princípio da irredutibilidade de vencimentos (artigo 37, XV, da Constituição Federal); (iv) à responsabilidade civil do Estado e aos danos materiais e morais (art. 37, § 6º da CF); e, por fim, (v) ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

É o essencial a relatar.

O acórdão embargado restou assim ementado:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR TRANSFERIDO PARA RESERVA REMUNERADA. PLEITO DE RETIFICAÇÃO DO ATO DE APOSENTADORIA, PARA QUE OS PROVENTOS SEJAM CALCULADOS COM BASE NO GRAU HIERÁRQUICO DE "SEGUNDO-SARGENTO PM". INCABIMENTO. PROMOÇÃO AO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR DE "TERCEIRO-SARGENTO PM". LEGALIDADE. PREVISÃO DO ART. 21, *CAPUT*, DA LC Nº 59/2004. APELAÇÃO CÍVEL IMPROVIDA. 1. De proêmio, tem-se por insubsistente a arguição de ilegitimidade passiva *ad causam* do Estado de Pernambuco, eis que o mesmo é solidariamente responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários, nos termos dos arts. 1º, *caput*, e 94, ambos da LCE nº 28/2000. 2. De maneira semelhante, afasta-se a preliminar de prescrição do fundo de direito, uma vez que a ação foi proposta dentro do quinquênio legal, contado do ato de transferência para a inatividade. 3. Principiando o enfrentamento do cerne da presente lide, observa-se que o autor, ora apelante, busca (i) a retificação do seu ato de reforma, a fim de que os seus proventos sejam calculados com base em duas graduações superiores àquela ocupada por ele na ativa, ou seja, a de "Segundo-Sargento PM"; (ii) a implantação do adicional de inatividade, nos moldes da Lei nº 10.426/90 e (iii) o pagamento das diferenças impagas e de indenização por danos morais e materiais. 4. Inicialmente, observa-se que é inaplicável à espécie a Lei Federal nº 2.370/54 (atualmente revogada), que regulava as condições de transferência para a inatividade dos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, à vista do que dispõe o art. 42 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual cabe aos entes federativos dispor sobre as condições de transferência dos militares estaduais para a inatividade. 5. Por outro lado, é inviável inferir do enunciado da Súmula nº 51 do Supremo Tribunal Federal que assiste ao apelante o direito subjetivo de ser aposentado com os proventos de dois graus hierárquicos superiores ao ocupado por ele na ativa, sem que haja legislação estadual atualmente em vigor a amparar a sua pretensão. 6. Com efeito, observa-se que o apelante foi transferido para a reserva remunerada no ano de 2010 (fls. 25), quando já se encontrava em vigor a



165
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Lei Complementar Estadual nº 59/2004, que assegura aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava na ativa, a título de promoção. 7. No caso concreto, o apelante, então "Cabo PM", foi transferido para a inatividade, com os proventos do grau hierárquico superior, de "Terceiro-Sargento PM", em conformidade com o art. 21, *caput*, da LC nº 59/04 (fls. 25), e atendendo-se ao escalonamento vertical constante do Anexo I-A do referido diploma legal, que, a seu turno, observa o quadro hierárquico previsto no art. 14 do Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco (Lei nº 6.783/74). 8. Nesse contexto, não assiste direito ao apelante à fixação dos seus proventos na forma pretendida – com base na graduação de "Segundo-Sargento PM" –, porquanto o posto hierárquico superior ao ocupado por ele na ativa é o de Terceiro-Sargento PM. 9. Apelação cível improvida, à unanimidade".

Conforme se depreende da leitura do acórdão embargado, e bem assim do respectivo voto condutor (que integra o acórdão), o *decisum* em tela é claro e suficiente por seus próprios termos, tendo decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria.

Como é cediço, fixada fundamentação suficiente à conclusão adotada no acórdão, desnecessário examinar, cada um de per si, dispositivos legais e argumentos que a parte entende aplicáveis à espécie.

Em verdade, *"o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio"* (STJ, AI 169.073/SP-AgRg, Rel. Min. José Delgado, DJU 17.8.98).

De todo modo, anote-se que é despicienda, na espécie, a discussão relativa à irredutibilidade de vencimentos, vez que restou inviável cogitar, mesmo em tese, do reconhecimento de eventual direito adquirido do embargante à percepção de proventos de inatividade calculados sobre o soldo de dois graus hierárquicos superiores ao ocupado por ele na ativa.

De maneira semelhante, não há razão para se adentrar na discussão acerca do pedido de indenização por danos morais e materiais em face do Estado, uma vez que, ao tempo em que não se reconhece a existência de qualquer ilegalidade no ato de aposentadoria do embargante, observa-se que não ocorreu, na hipótese em tela, o pressuposto à pretendida reparação – o **dano jurídico**.

Por igual, não há razão para a discussão relativa à possibilidade de concessão de medida liminar para satisfação do pedido, quando inexistente o substrato fático ensejador do direito que se pretende ter reconhecido.

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos porém **nego-lhes** provimento.

Ê o voto.

Recife, 21 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator